

Diane Southier

**DROGAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA PROPOSTA DE
TRABALHO DIDÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
apresentado como requisito parcial
para a obtenção do título de Licenciada
em Ciências Sociais pela Universidade
Federal de Santa Catarina.
Prof. Orientador: Dr. Jacques Mick

Florianópolis
2013

Diane Southier

**DROGAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA: UMA PROPOSTA DE
TRABALHO DIDÁTICO**

Este Trabalho de Conclusão de Licenciatura foi julgado adequado para a obtenção do título de Licenciada, e aprovado em sua forma final pela Coordenação do Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, julho de 2013.

Prof. Tiago Bahia Losso, Dr.
Coordenador do Curso

Banca examinadora:

Prof., Dr., Jacques Mick
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a, Dr.^a, Nise Maria Tavares Jinkings
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof., Dr., Valcionir Correa, Doutor, UFSC.
Universidade Federal de Santa Catarina

À minha mãe Anelisa, meu irmão
Marlon, meu pai Dirceu (*in loving
memory*) e ao meu companheiro
Marcus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, pela força de mulher que ela é, que me ensina a ser também uma mulher de força. Ao meu irmão, minha alma gêmea. Ao meu companheiro Marcus, por tanto amor.

Agradeço ao professor Jacques a excelente orientação que me conduziu a realizar esse trabalho.

Agradeço, também, a todos os trabalhadores e trabalhadoras que, conscientes ou não de sua participação, tornam possível a universidade pública. Que nunca nos esqueçamos de devolver às pessoas aquilo que conquistamos com o trabalho de todas(os).

RESUMO

Neste trabalho, pretende-se pensar as possibilidades para uma proposta de trabalho didático sobre o debate da proibição e descriminalização do uso de drogas, sob três perspectivas: marxiana, gramsciana e da teoria do discurso, com auxílio da didática da pedagogia histórico-crítica. Buscando sustentação para a proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Estado de Santa Catarina, tal projeto é pensado para uma situação hipotética de aulas em um terceiro ano de Ensino Médio. Pensamos as possibilidades dessa ação docente por meio da discussão sobre alguns aspectos socioculturais do uso de drogas, o processo histórico que culminou na proibição e o atual embate de forças envolvidas no assunto. Essa discussão nos permite localizar as possibilidades de interpretação do tema a partir das linhas teóricas mencionadas, além de visualizar a evolução dos conceitos de uma linha para outra e nos qualifica, num último momento, a propor um plano de aulas detalhado. Conclui-se que é uma proposta possível de ser executada, embora complexa, e que pode ser proveitoso trabalhar com a didática da pedagogia histórico-crítica num contexto em que se busque maior interação e construção conjunta de conhecimento com alunas e alunos.

Palavras-chave: Marx, Gramsci e teoria do discurso. Didática da pedagogia histórico-crítica. Educação. Proibição e descriminalização das drogas.

ABSTRACT

In this article, we intend to think about the possibilities related to a proposition of an educational material on the debate regarding the prohibition and decriminalization of drug use, from three perspectives: marxian, gramscian and the discourse theory, with the help of the didactics of the historico-critical pedagogy. Seeking support for the proposal in the Brazilian National Curricular Parameters and in the curricular parameters of the State of Santa Catarina, this project is designed for a hypothetical situation of classes in a high school third year. We think the possibilities of this teaching activity by discussing some sociocultural aspects of drug use and the historical process which culminated in the prohibition and the current clash of forces involved in the matter. This discussion allows us to locate the possible interpretations of the subject from the theoretical lines mentioned above and visualize the evolution of the concepts of one theoretical line to another and qualifies us to later propose a detailed lesson plan. We conclude that the proposal is achievable, although complex, and that it can be positive to work with the historico-critical pedagogy didactics in a context in which we seek greater interaction and construction of knowledge between teachers and students.

Keywords: Marxian, gramscian and discourse theory. Historico-critical pedagogy didactics. Education. Drug use prohibition and decriminalization.

LISTA DE ILUSRAÇÕES

Figura 1 – Peças e organograma do tráfico de drogas.....	34
Figura 2 – Quebrar barraco na Vila Cruzeiro é fácil. Quero ver é quebrar sigilo bancário!.....	36
Figura 3 – O tráfico que a TV mostra, e o tráfico que a TV NÃO mostra.....	37
Quadro 1 – Plano sinóptico de aulas.....	55
Figura 4 – Sistema avaliativo.....	56

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	17
2.PARÂMETROS CURRICULARES E FUNDAMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS	19
2.1 SUSTENTAÇÃO DA PROPOSTA NOS PARÂMETROS CURRICULARES.....	19
2.2 DIDÁTICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA.....	21
3. USO DE DROGAS E PROIBIÇÃO	25
3.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO USO DE DROGAS.....	25
3.2 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, ECONÔMICOS E HISTÓRICOS DA PROIBIÇÃO.....	26
3.3 PROIBIÇÃO DAS DROGAS NA ATUALIDADE.....	28
4.DROGAS, LUTA DE CLASSES E HEGEMONIA	33
4.1. PROIBIÇÃO E LUTA DE CLASSES.....	33
4.2 HEGEMONIA E TEORIA DO DISCURSO.....	38
5.PLANO DE AULAS	45
5.1 PRÁTICA SOCIAL INICIAL.....	45
5.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	46
5.3 INSTRUMENTALIZAÇÃO.....	47
5.4 CATARSE.....	51
5.5 PRÁTICA SOCIAL FINAL.....	52
5.6 AVALIAÇÃO.....	53
6.CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE – Programa da disciplina	65

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Neste trabalho, pretende-se analisar as possibilidades para uma proposta de trabalho didático sobre o debate da proibição edescriminalização do uso de drogas, sob três perspectivas: marxiana (MARX; ENGELS, 1989; MARX, 2008), gramsciana (GRAMSCI, 1981; 2006; 2007) e da teoria do discurso (LACLAU; MOUFFE, 1987), com auxílio da didática da pedagogia histórico-crítica (GASPARIN, 2005; GASPARIN; PETENUCCI, s.d). Tal proposta será pensada para uma situação hipotética de aulas em um terceiro ano de ensino médio, no qual discentes estão em contato com a Sociologia desde o primeiro ano e, teoricamente, já estudaram pelo menos Marx, a partir do que se pode engatilhar a discussão.

A proposta se justifica, em primeiro lugar, por se tratar de um tema histórico - a proibição das drogas¹ - e, ao mesmo tempo atual - o debate sobre a descriminalização. Entende-se que as consequências da legalidade ou ilegalidade das drogas têm impactos diretos na vida das pessoas, e aí a importância do debate sobre a questão. Em segundo lugar, a proposta pode contribuir para uma melhor compreensão, pelos discentes, das relações que se estabelecem entre as forças sociopolíticas e econômicas envolvidas no embate da proibição, para que daí surja um posicionamento crítico sobre o assunto. Em terceiro lugar, cabe mencionar a importância de tratar esse tema junto aos jovens, que nessa faixa etária buscam pertencimento e distinção entre grupos, apresentando vulnerabilidade no contato com as drogas, seja através do modismo com o uso de substâncias lícitas ou ilícitas (BITTELBRUN, 2013) ou por que alguns são alvos de traficantes para trabalharem no comércio ilegal.

Uma quarta justificativa para esta proposta de trabalho provém de algo observado em sala de aula, durante minha experiência de estágio docente na Licenciatura em Ciências Sociais, no ano de 2012, quando

¹ Antes de partirmos para uma análise mais aprofundada do tema, faz-se necessário refletir quanto ao termo aqui utilizado para designar as substâncias de que tratamos. Embora a terminologia “droga” designe, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), “qualquer substância não produzida pelo organismo que tem a propriedade de atuar sobre um ou mais de seus sistemas, produzindo alterações em seu funcionamento” (BRASIL, 2011, p. 18), podendo ser aplicada tanto para designar substâncias “tóxicas” quanto para “medicamentos”, o termo droga é comumente utilizado pejorativamente pela ideologia hegemônica, em geral para (des)qualificar as substâncias ilícitas. Diante disso, proponho utilizar a palavra sem a intenção de fazer referência pejorativa a qualquer substância em questão.

pude perceber o interesse e a motivação dos estudantes sobre o debate da descriminalização. A proposta, naquela ocasião, foi que a turma fosse dividida em grupos e preparasse seminários orientados sobre movimentos sociais. Entre os movimentos que apresentamos como opções para as pesquisas estava a Marcha da Maconha. Durante o seminário, houve posições contrárias entre as alunas que discutiram o tema com o resto da turma, a qual efetivamente participou e interagiu trazendo bons argumentos para o debate, de parte a parte.

Diante dessa experiência, foi possível perceber que a turma necessitava de um debate qualificado sobre o assunto, que ocupasse mais tempo de aula e que demandasse uma reflexão mais aprofundada. Ademais, a escola, como local de aprendizado e ambiente propício para tanto, constitui-se como um espaço fundamental para a desmistificação do tema. O consumo de drogas se insere também no âmbito da educação, além dos da saúde e da cultura, no tocante à prevenção para que se evite o uso abusivo de qualquer tipo de substância. A presente proposta pode ser pensada também em articulação com o tema da prevenção, embora este não seja o eixo central do trabalho; mas, para que se fale em prevenção, entendemos ser necessário conhecer a história que envolve a proibição das drogas e refletir criticamente sobre o assunto.

Posteriormente, busca-se sustentação da proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais e do Estado de Santa Catarina e, a seguir, explicitam-se os fundamentos teórico-pedagógicos da proposta de trabalho didático, pensando as possibilidades de ação docente acerca do tema, através da discussão sobre alguns aspectos socioculturais do uso de drogas, o processo histórico que culminou na proibição e o atual embate de forças envolvidas no assunto. Fazemos essa discussão permeada com reflexões sobre as linhas teóricas mencionadas anteriormente, que mais do que legitimar a discussão proposta, serve para localizarmos as possibilidades de interpretação dessas linhas a respeito do tema, permite visualizarmos o modo como alguns conceitos se desenvolvem de uma linha para outra e nos qualifica para, num último momento, propor um plano de aulas detalhado.

2. PARÂMETROS CURRICULARES E FUNDAMENTOS TEÓRICO-PEDAGÓGICOS

2.1 SUSTENTAÇÃO DA PROPOSTA NOS PARÂMETROS CURRICULARES

Para falar das possibilidades de discussão em sala de aula sobre o tema proposto, pensamos ser interessante levar em consideração algumas competências da Sociologia, elencadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000, p.43). Entre elas, “identificar, analisar e comparar os diferentes discursos sobre a realidade: as explicações das Ciências Sociais, amparadas nos vários paradigmas teóricos, e as do senso comum”; “produzir novos discursos sobre as diferentes realidades sociais, a partir das observações e reflexões realizadas”; “construir instrumentos para uma melhor compreensão da vida cotidiana, ampliando a ‘visão de mundo’ e o ‘horizonte de expectativas’, nas relações interpessoais como vários grupos sociais” são algumas das competências às quais este plano de ensino pretende se reportar.

As Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, s.d) sugerem que o professor ou a professora incentive a produção dos alunos e alunas através dos mais variados recursos didáticos. A intenção da nossa proposta é diversificar ao máximo as estratégias de aprendizagem, trazendo vídeos, músicas, textos, debates, etc., ao mesmo tempo em que os discentes devem ser protagonistas no trabalho pedagógico, agentes construtores do conhecimento, inclusive porque “uma das premissas fundamentais a ser considerada é o partir das experiências culturais dos alunos, para construir o conhecimento científico” (BRASIL, 2000, p.42). A ideia de trazer as vivências da turma para a construção do conhecimento tem muita importância na pedagogia histórico-crítica, conforme veremos mais adiante, e também encontra sustentação na Proposta Programática para o Ensino de Sociologia em Santa Catarina (1998).

No que se refere aos paradigmas fundantes do campo sociológico, nos quais Marx se insere juntamente com Durkheim e Weber, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000, p. 36) indicam que a grande preocupação atualmente é promover uma discussão em torno da permanência de tais modelos explicativos, “avaliando a operacionalidade dos conceitos e categorias utilizados por cada um desses autores, no que se refere à compreensão da complexidade do

mundo atual”. Ao utilizarmos Marx como referencial teórico, seguido de Gramsci e da teoria do discurso, o que fazemos é avaliar a evolução dos conceitos marxistas que, a partir de Gramsci, são questionados e nos quais, também, a teoria do discurso tem parte do seu referencial. Tendo sempre em mente, entretanto, a importância dos clássicos da Sociologia, aos quais toda a teoria sociológica contemporânea se reporta de uma forma ou outra.

A Proposta Programática para o Ensino de Sociologia em Santa Catarina (1998) também aponta Marx como um importante referencial, mas alerta para o fato de o professor não poder privilegiar certas visões de mundo em detrimento de outras. Embora a nossa proposta se dê a partir de Marx e de referenciais teóricos coerentes com o marxismo, pretende-se que fique explícito que essas são apenas algumas das formas de entender o problema posto e que, por uma questão de afinidade e de possibilidades dentro das condições de tempo e espaço existentes, foram essas as linhas teóricas escolhidas. A intenção não é tomar uma ou outra perspectiva teórica como “o” referencial a ser seguido, mas demonstrar que é possível analisar o tema aproveitando mais de uma visão e ao mesmo tempo fazer a crítica aos referenciais utilizados. De acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio, “a diversidade de enfoques teóricos permite [...] entender que um fenômeno social não tem apenas uma explicação, podendo ter várias, na medida em que existem diversas abordagens teóricas de um mesmo fenômeno” (BRASIL, 2006, p.125). Ao mesmo tempo, realizamos a possibilidade de “desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais”, que tem papel central no pensamento sociológico, levando em consideração a historicidade dos fenômenos, que nem sempre foram como os enxergamos hoje em dia, que mudanças ou continuidades históricas dependem de decisões, interesses que não são naturais (BRASIL, 2006, p. 105-6).

Além disso, o que se almeja é que se crie um espaço mínimo de troca e que, no embate das diferentes experiências expostas, tenhamos “a oportunidade de uma vivência democrática, com direito à existência, voz e voto do pensamento divergente fundamentado” (SANTA CATARINA, 1998, p.48). A Proposta para o ensino de Sociologia em Santa Catarina também indica alguns princípios metodológicos, dos quais consideramos importante

- Criar situações de ensino que possibilitem a exposição (de sujeitos da educação, professores e alunos) a diferentes pontos de vista; tal princípio

ajuda a ver com mais clareza concepções desociedade (conservadora e inovadora) que estão embutidas nas diferentes visões presentes na salade aula sobre o tema trabalhado e nas teorias sociológicas.

- Considerar as potencialidades dos alunos e a importância da concretização dos conceitos teóricos (identificação dos conceitos em situações reais concretas) para que se possa fazer avançar o conhecimento inicial do aluno, a ser permeado pelo conhecimento científico trabalhado no curso.
- Criar condições de participação dos alunos nas tomadas de “decisões de ensino” (seleção de conteúdo, escolha de procedimentos de ensino e de procedimentos de avaliação).

Por último, ao trabalharmos *conceitos, tema e teorias* articuladamente (BRASIL, 2006), a instrumentalização dos alunos e alunas em torno do tema proposto pode qualificá-los a participar do debate público que tem ocorrido nos últimos anos a respeito da possibilidade de legalização ou descriminalização das drogas. Dessa forma, mobilizamos algo caro à Sociologia, que é a importância da participação política na construção da cidadania (BRASIL, s.d; BRASIL, 2006; SANTA CATARINA, 1998).

2.2 DIDÁTICA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

A proposta pedagógica eleita para ser utilizada na prática docente é a Pedagogia Histórico-crítica, pensada por Demerval Saviani (2005, 2007), nascida da necessidade de ultrapassar tanto a pedagogia tradicional quanto a escolanovista, por estas não valorizarem a consciência dos condicionantes histórico-sociais da educação. O termo “histórico” é utilizado porque essa perspectiva leva em consideração que a educação interfere na sociedade, e pode transformá-la; e é “crítica” porque tem a consciência da determinação exercida pela sociedade sobre a educação.

A didática dessa Pedagogia, desenvolvida por João Luiz Gasparin (2005), tem como referencial teórico uma teoria dialética do conhecimento (prática>teoria>prática, tese/antítese/síntese), na qual se baseiam a concepção metodológica e o planejamento do ensino-aprendizagem, como ação docente-discente. A ideia fundamental é a de

que o conhecimento se constrói a partir da prática social e dos processos de transformação da natureza dela resultantes.

O método de trabalho apresentado por Gasparin (2005) desenvolve-se a partir de cinco passos no processo ensino-aprendizagem: Prática Social Inicial (o que discentes e docente já sabem), Problematização (reflexão dos principais problemas da prática social, a partir de questões orientadoras), Instrumentalização (ações didático-pedagógicas para a aprendizagem, resolução das questões propostas na problematização), Catarse (nova forma de entender a prática social) e Prática Social Final (assunção de uma nova proposta de ação a partir do que foi aprendido).

Essa concepção aponta para a possibilidade do diálogo entre docente e discentes, sem deixar de lado a cultura historicamente acumulada, os interesses dos educandos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, a sistematização lógica dos conhecimentos e a possibilidade de atuação concreta na realidade para mudanças efetivas fundamentadas no novo conhecimento adquirido nesse processo (GASPARIN; PETENUCCI, s.d). O objetivo é que haja um equilíbrio entre teoria e prática, que propicie uma aprendizagem significativa por parte dos educandos, com conhecimentos científicos e políticos, a fim de que os estudantes possam ser agentes participativos de uma educação política contrária às desigualdades sociais.

Pretendemos percorrer os passos da Didática Histórico-crítica em nosso projeto da seguinte maneira:

a) objetivos: identificar, analisar e comparar diferentes discursos sobre a realidade: paradigmas teóricos, e do senso comum; discutir a temática da proibição e descriminalização das drogas a partir do aporte teórico de Marx, Gramsci e Laclau & Mouffe, abordando aspectos históricos, socioculturais e políticos das drogas e pensando sobre a atual realidade da questão; produzir novos discursos e práticas sobre a problemática das drogas, a partir das observações e reflexões realizadas;

b) conteúdos: proibição e descriminalização das drogas sob as linhas teóricas de Marx, Gramsci e teoria do discurso;

c) metodologia: exposição do conteúdo mínimo a ser trabalhado para começarmos com a Prática Social Inicial, tentando perceber, através de perguntas, o que os alunos já conhecem sobre o debate da descriminalização e sobre as linhas teóricas, quais são seus posicionamentos, vivências e dúvidas a respeito do tema. Num segundo momento, o da Problematização, serão levantadas questões que suscitem o interesse dos estudantes, para haver diálogo e discussão acerca do

assunto. Depois desses dois primeiros passos, entraremos na fase da Instrumentalização, na qual apresentaremos aos alunos e alunas, através de ações didáticas adequadas, o conhecimento científico, formal e abstrato, relacionado com algumas das dimensões suscitadas na Problematização. Após a Instrumentalização, na fase da Catarse, os educandos serão orientados a expressar sua elaboração mental acerca do conteúdo. O que nos leva, por fim, à Prática Social Final, a qual se manifesta pela possibilidade dos discentes assumirem nova postura e novas atitudes, expressadas nas intenções de como eles/elas levarão à prática, fora da sala de aula, os conhecimentos que adquiriram;

d) avaliação: leitura, escrita e participação. Os critérios avaliativos gerais serão: engajamento nas atividades, tentativa de exposição do entendimento acerca do tema e entrega em dia das tarefas;

e

e) recursos didáticos: textos, vídeos, músicas, debates, seminários.

Será uma proposta flexível, um conteúdo mínimo a ser trabalhado em sala, que pode sofrer alterações diante das demandas da turma.

3. USO DE DROGAS E PROIBIÇÃO

3.1 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS DO USO DE DROGAS

Podemos ver através da história que o uso de substâncias psicoativas esteve presente em diversas culturas, para os mais variados objetivos, sendo empregado com fins curativos, em rituais religiosos, visando estimular sensações prazerosas, ou para alcançar êxtase durante as mais diversas práticas (ESCOHOTADO, 2007).

As substâncias psicoativas e as práticas relacionadas ao seu uso se encontravam originalmente sob a autoridade de uma esfera religiosa/tradicional, onde eram criados e significados os valores da maioria dessas sociedades e das próprias substâncias, legitimando o uso das mesmas (MACRAE, 2003). De qualquer forma, desde a pré-história, indivíduos de diferentes culturas têm sabido utilizar substâncias para provocar alterações de consciência com os mais variados fins (MACRAE, 2001).

Antes de se tornar um problema social, as drogas não tinham valor econômico entre as comunidades, agregavam apenas *valor de uso* (MARX, 2008), na medida em que eram úteis em satisfazer necessidades humanas através dos usos tradicionais. Com o desenvolvimento capitalista, entretanto, as drogas se tornaram *mercadorias*. Uma mercadoria, segundo a definição marxiana, "é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia" (MARX, 2008, p. 57). Para se tornarem mercadorias, as drogas passaram a ter, além do seu valor de uso, um *valor de troca*, ou seja, começaram a ser produzidas para outros, dando origem a um valor de uso social.

Somente no final do século XIX é que o contexto da utilização de muitas substâncias, no caminho da diferenciação entre lícitas ou ilícitas, passou do controle social ou de um segmento religioso para o farmacológico e legislativo. Deixou-se de reconhecer as temáticas suscitadas pelo uso de psicoativos como produção cultural, ignorando-se a profunda heterogeneidade dos modos de consumo, das razões, crenças, valores, ritos, estilos de vida e visões de mundo que o sustentam (MACRAE, 2001).

Essa mudança de contexto inaugurou a discriminação de diferentes formas de uso das drogas baseada, entre outras coisas, em junções econômicas, que iremos demarcar posteriormente. O uso de

justificativa exclusivamente farmacológica se mostra contraditório, já que drogas também potencialmente perigosas, como o álcool e o cigarro, são hoje socialmente aceitas. Essa contradição é abordada por Carneiro (2002) e MacRae (2003) quando insistem que o problema das substâncias psicoativas é o uso abusivo e que a proibição torna a questão ainda mais problemática, pois o Estado se torna competente pela produção do consenso sobre as drogas (de forma *repressiva*), papel antes desempenhado pela religião/tradição de maneira *educativa*.

MacRae (2003, p.2) entende que é necessário ampliar as perspectivas sobre a questão das drogas, levar em consideração os aspectos socioculturais do uso e “atentar para possibilidades de prevenção e controle dos efeitos indesejáveis bastante mais eficazes que o mero proibicionismo”. O mesmo antropólogo, citando Howard Becker, explica que as ideias do usuário sobre a droga estão conectadas aos saberes produzidos a respeito do consumo e dos próprios usuários, ou seja, o meio sociocultural no qual estão inseridos. Esses saberes influenciam o uso, a interpretação e a resposta dos indivíduos às substâncias. Ou seja: o caráter da experiência depende do nível de conhecimento que lhes é disponível. Isso é resultado da organização social dos grupos em que o consumo ocorre, de maneira que os efeitos do uso estão relacionados às mudanças na organização social e cultural. O uso massivo da maconha, por exemplo, entre a juventude americana na década de 1960, apesar de inicialmente ter levado a diversos casos de psicose, com o passar do tempo teve o número desses episódios atenuados, devido à difusão do conhecimento sobre o uso da droga tanto entre os médicos quanto entre os consumidores (BECKER, 1976 e 1980 *apud* MACRAE, 2003).

3.2 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS, ECONÔMICOS E HISTÓRICOS DA PROIBIÇÃO

Além de outros motivos, o embate contra a maconha, por exemplo, foi originado em grande parte por fatores raciais, econômicos, políticos e morais. Algumas das razões estão ligadas ao preconceito contra árabes, chineses, mexicanos e negros, usuários frequentes de maconha no começo do século XX (BURGIERMAN; NUNES, 2002).

Conforme Burgierman e Nunes (2002), nas primeiras décadas do século XX, a maconha ainda era liberada, mesmo que alguns a vissem com maus olhos. No Brasil, era “coisa de negro”, fumada nos terreiros do candomblé e também por agricultores no fim de um dia de trabalho.

Na Europa, o uso estava associado aos imigrantes árabes e indianos. Nos EUA, quem fumava eram os mexicanos que cruzavam a fronteira em busca de trabalho. Ou seja, na maior parte do ocidente, o uso da maconha era associado às *classes marginalizadas* e era visto de maneira negativa pela *classe média branca* (BURGIERMAN; NUNES, 2002).

Quando, em 1920, a Lei Seca nos EUA decretou a proibição de bebidas alcoólicas, diante da pressão religiosa protestante por uma vida de abstinência frente às "tentações" do mundo, esse foi o estopim para um avanço significativo no uso da maconha (DAVENPORT-HINES, 2001 *apud* BURGIERMAN; NUNES, 2002). No sul dos EUA, ouvia-se que a planta dava força sobre-humana aos mexicanos, o que geraria uma vantagem injusta na busca pelos escassos empregos. Somados a isso, havia boatos de que a maconha induzia ao sexo promíscuo e ao crime, o que levou alguns Estados norte-americanos a proibirem seu uso.

Na década de 1930, iniciou-se uma campanha agressiva contra a maconha na rede de jornais de William Randolph Hearst, a pessoa mais influente nos EUA da época, dono também de terras onde se plantavam eucaliptos e outras árvores para produzir papel. Hearst tinha interesse que a maconha fosse proibida, para que as plantações fossem destruídas e a indústria de papel de cânhamo também. Na campanha dos jornais, matérias foram publicadas sobre a planta, com manchetes afirmando que mexicanos sob seu efeito eram levados a estuprar mulheres brancas, outras dizendo que o mesmo efeito gerava 60% dos crimes cometidos, um número totalmente descabido. Foi nessa campanha que se popularizou o termo "*marijuana*", pois Hearst queria um nome que soasse bem hispânico para favorecer a associação direta entre a maconha e os mexicanos (BURGIERMAN; NUNES, 2002).

No Brasil, a planta foi trazida bem cedo, já no século XVI, pelos portugueses e pelos escravos e mais tarde começou a ser utilizada pelo candomblé. Teria sido Getúlio Vargas quem negociou a retirada da maconha dos terreiros, em troca da legalização da religião (BURGIERMAN; NUNES, 2002). Em 1830, foi promulgada a primeira lei que restringia o uso da planta, no Rio de Janeiro. Naquela época, a pena para o consumidor era mais alta do que a do vendedor, isso porque, quem vendia era da classe média branca e quem consumia era, na maior parte dos casos, negro e escravo (BURGIERMAN; NUNES, 2002).

Segundo Thiago Rodrigues, pesquisador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (Neip-USP), "a proibição das drogas serve aos governos porque é uma forma de controle social das minorias". Por exemplo, no caso dos mexicanos, "como não é possível

proibir alguém de ser mexicano, proíbe-se algo que seja típico dessa etnia” (RODRIGUES *apud* BURGIERMAN; NUNES, 2002, p.35). Nesse sentido, o exemplo dos EUA da proibição não só da maconha, mas de outros tipos de drogas, fez muito sucesso pelo mundo. No Brasil, uma forma de submeter ainda mais os negros. Na Europa, a possibilidade de controlar os imigrantes.

No documentário *Cortina de fumaça* (2010), Ethan Nadelmann, cientista político, fundador e diretor executivo da *Drug Policy Alliance*, organização americana de oposição à chamada “Guerra às drogas”, questiona por que escolhemos tratar algumas das substâncias, e as pessoas que as usam, como criminosas, e escolhemos outras como legais. Para Nadelmann, a distinção histórica entre quais substâncias seriam ilegais e quais permaneceriam legais não tem a ver com o risco relativo delas, mas com *quem usava cada tipo de droga e quem fazia as leis*. Segundo Nadelmann, nos anos 1870 e 1880, por exemplo, os principais usuários de drogas derivadas do ópio nos EUA eram mulheres brancas de meia idade e, por isso, naquela época ninguém havia pensado em fazer uma lei criminal relacionada a essa substância. Mas depois, quando os chineses foram para os EUA e trabalhavam 80, 90 horas por semana, nas estradas, nas minas, etc., e à noite fumavam seus cachimbos de ópio, assim como já faziam em seu país de origem (como várias pessoas que bebem álcool à noite, no Ocidente), começaram a se espalhar boatos negativos sobre o uso do ópio, receios do que os chineses poderiam fazer sob o efeito da substância. O mesmo aconteceu com a cocaína, cujas leis proibicionistas começaram no sul dos EUA, direcionadas aos negros que trabalhavam nas docas em Nova Orleans.

3.3 PROIBIÇÃO DAS DROGAS NA ATUALIDADE

O comércio ilegal de substâncias é apontado por estudiosos como constituindo a segunda principal atividade comercial do mundo. Se levarmos em consideração também o comércio de remédios e outras drogas legais, esse ramo chega ao primeiro lugar. Segundo Carneiro (2002), no século XX o consumo alcançou a sua maior extensão mercantil, por um lado, e o maior proibicionismo oficial, por outro. Nesse contexto, “o consumo de drogas ilícitas cresce não apesar do proibicionismo também crescente, mas exatamente devido ao mecanismo do proibicionismo que cria a alta demanda de investimentos em busca de lucros” (CARNEIRO, 2002, p.116). Para o historiador, a

proibição determina o contexto contemporâneo do consumo de drogas, inclusive das formas mais degradantes e destrutivas.

A suposta “guerra às drogas”, em seu discurso de tratar as substâncias como inimigas da democracia, fundamentou e legitimou uma política de intervenções militares, de disciplinamento e controle da população pobre e de movimentos sociais (FERREIRANETO, 2012). Esse discurso tem origem nos governos Nixon e Reagan, nas décadas de 1970 e 1980, pautado fortemente por uma concepção moralista de erradicação do cultivo e de criminalização de usuários (FERREIRANETO, 2012). O fato é, que além de não se ter diminuído o consumo ou cultivo de drogas, a ideia de um combate à oferta está ligada ao ataque à fonte de produção, em países latinoamericanos ou orientais, por um viés militarista dos EUA, aparentemente ignorando-se que os maiores lucros são esmagadoramente realizados nos países consumidores, nos EUA e na Europa. De acordo com FerreiraNeto (2012, p. 238), “existem fortes evidências de que o militarismo não só não consegue acabar com o tráfico, que se desloca de país em país, região em região, mas que a ‘guerra às drogas’ torna-se uma excelente demanda para ‘investimentos’ da indústria armamentista”.

No início do século XXI o proibicionismo não se dirige contra o álcool, mas contra outras drogas, com o intuito de aumentar a especulação financeira desse ramo e inflar o aparato policial na tarefa da repressão moral (CARNEIRO, 2002). Tais fatores fazem com que a reivindicação da legalização das drogas se choque tanto com os interesses dos grandes traficantes quanto com os do Estado policial. Já a suposta “Guerra às drogas”, centrada na ideia de erradicação do consumo, é uma “concepção fascista que pressupõe um papel inquisitorial extirpador para o Estado na administração das drogas, assim como de outras necessidades humanas” (CARNEIRO, 2002, p.127).

Essa posição de Carneiro (2002), das drogas como “necessidades humanas”, é contestada por FerreiraNeto (2012), cuja discordância está ligada à ideia de que a visão de Carneiro não leva em consideração as diferenças entre o uso de drogas como prática cultural e a massificação das substâncias sob o capitalismo. Outro ponto de desacordo entre eles diz respeito à defesa da legalização sob o argumento dos lucros que esse mercado geraria. Enquanto Carneiro considera que “o Brasil está ficando na retaguarda, ao não se admitir a legalização, fora de uma importante fatia do mercado mundial desse produto”

(*apud* FERREIRANETO, 2012), FerreiraNeto pensa que o posicionamento de Carneiro desconsidera algo fundamental:

O fato de que o atual padrão de acumulação de capital, baseado na destruição da “economia real”, na destruição de forças produtivas, via medidas de austeridade fiscal que destroem empregos e serviços públicos, em benefício dos mecanismos de especulação e dinheiro rápido (os mecanismos de especulação foram identificados por autores como Marx e Lênin como uma expressão de “parasitismo econômico” do capitalismo), encontrariam na legalização das drogas uma fonte de lucros. O sistema financeiro ganharia uma sobrevida com uma injeção de “liquidez”. Outro elemento de minha divergência com Carneiro é que a própria massificação da produção e consumo de drogas (lícitas e ilícitas) é entendida por mim como um elemento de destruição de forças produtivas (destruindo a principal delas, a força de trabalho) (FERREIRANETO, 2012, p. 291-2).

A argumentação de FerreiraNeto, portanto, vai no sentido de que a proposta de legalização das drogas ilícitas sintoniza-se com as necessidades do capital de encontrar “novos espaços de acumulação”, pois não se tem a garantia de que a produção e a distribuição seriam limitadas ao Estado. Assim sendo, ele tem uma posição desfavorável à legalização das drogas, inclusive porque aí se incluiriam as mais pesadas, como heroína, *crack* e cocaína. Além disso, algumas substâncias foram utilizadas com o argumento da suposta “guerra às drogas” em prol da desarticulação de movimentos sociais, como o *Black Panthers*, nos EUA das décadas de 1960 e 70, assim como a disseminação do *crack* naquele país e no Brasil também. Mesmo assim, admite que “a política de repressão não trouxe nem traz resultados satisfatórios” (FERREIRANETO, 2012, p. 301) e, no Brasil, tem processado o que muitos apontam como criminalização da população pobre, diante da indefinição da lei brasileira sobre quem é traficante ou usuário, de maneira que jovens (geralmente brancos) de classe média são enquadrados como usuários e jovens (geralmente negros) da periferia são traficantes. Nesse sentido, o autor considera que a descriminalização do consumo seria uma política mais racional, pois trata-se de pensar o usuário de drogas (que porventura venha a se tornar dependente) como foco da saúde pública e não da repressão.

Frente aos problemas gerados pelo comércio ilegal de drogas e ao fracasso das políticas “antidrogas”, cabe indagar a respeito da coerência da atual legislação. O problema tem origem na própria classificação que se faz entre drogas lícitas e ilícitas, uma *classificação arbitrária* e ligada a interesses econômicos, raciais, políticos e morais (MACRAE, 1997a).

Para Edward MacRae, “as consequências da política proibicionista são extremamente nocivas” (1997b, p.113) porque, além de não conseguir evitar ou mesmo diminuir o uso das substâncias, ela proporciona aos traficantes a possibilidade de conseguir enormes lucros com o comércio ilegal.

De outro lado, a “demonização” do traficante, visto como o disseminador de grandes males, torna-se conveniente para encobrir alguns dos problemas da sociedade, relacionados ao “combate” à rede do tráfico e à legislação e moral sobre as drogas. Ao se dar tanta ênfase ao problema do uso das substâncias ilícitas, acaba-se desviando a atenção da necessidade de um maior *controle da produção, comercialização e propaganda das drogas lícitas* (MACRAE, 2001).

Diante do debate sobre a descriminalização das drogas, movimentos sociais mobilizando forças para uma mudança legislativa ao mesmo tempo em que conservadores criticam as possibilidades de mudança, podemos identificar algo que Gramsci (2007) chamou de *guerra de posição*. O conceito indica uma luta na busca por direção política e cultural no que diz respeito a projetos de sociedade, no campo das instituições, pela ocupação de espaços do poder político. Diz respeito a uma luta por hegemonia num âmbito mais amplo, mas no caso das drogas, podemos identificar diferentes projetos de sociedade e atores com concepções políticas distintas presentes na disputa pela *hegemonia* das políticas sobre drogas. Voltaremos a Gramsci e ao conceito de hegemonia posteriormente.

4. DROGAS, LUTA DE CLASSES E HEGEMONIA

4.1. PROIBIÇÃO E LUTA DE CLASSES

Em sua obra, Marx (*apud* GRUPPI, 2001) percebeu a conexão entre a sociedade civil (conjunto das relações econômicas) e a sociedade política (o Estado), concluindo que uma é a expressão da outra, ou seja, o Estado é a expressão da sociedade civil, das relações de produção nela instaladas.

Gramsci (*apud* GRUPPI, 2001) vai dizer mais tarde que a distinção entre sociedade civil e política é apenas uma questão de método, pois na verdade esses dois elementos estão estritamente ligados, não separados, e vai abordar a centralidade da superestrutura na sociedade capitalista de seu tempo.

Marx (*apud* GRUPPI, 2001, p.32) define a correlação entre o Estado, as relações econômicas e a ideologia dizendo que “o conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política [o Estado], à qual correspondem formas determinadas de consciência social”. Em outras palavras, não é o Estado que determina a estrutura econômica, e sim o contrário. Nessa concepção, o Estado funcionaria como representação da burguesia, da classe social abastada, em detrimento dos interesses dos trabalhadores, da classe social mais baixa.

Com relação ao problema social das drogas, isso pode ser visualizado, num primeiro momento, através de ações repressivas do Estado que trazem em seu bojo a intenção de controle social dos mais pobres a favor da classe dominante. Apesar de ser frequente que jovens da elite estejam envolvidos com o tráfico, como o caso das operações Nocaute e Trilha Albis (TORRES; MARTINS, 2009), que prendeu 51 jovens de classe média e alta envolvidos com tráfico de drogas, o mais comum é a associação entre tráfico e pobreza que, segundo o delegado Orlando Zaccone, autor de *Acionistas do nada: quem são os traficantes de drogas* (*apud* SOUZA, 2011), é muito nítida nas decisões criminalistas e a maioria das pessoas detidas por tráfico é pobre e com baixo nível educacional.

A seguir, uma figura da rede de agentes que atuam no narcotráfico brasileiro, na qual é ilustrada a ação das principais facções criminosas do Rio de Janeiro, que pode nos ajudar a entender melhor o componente da luta de classes aí presente (Figura 1).

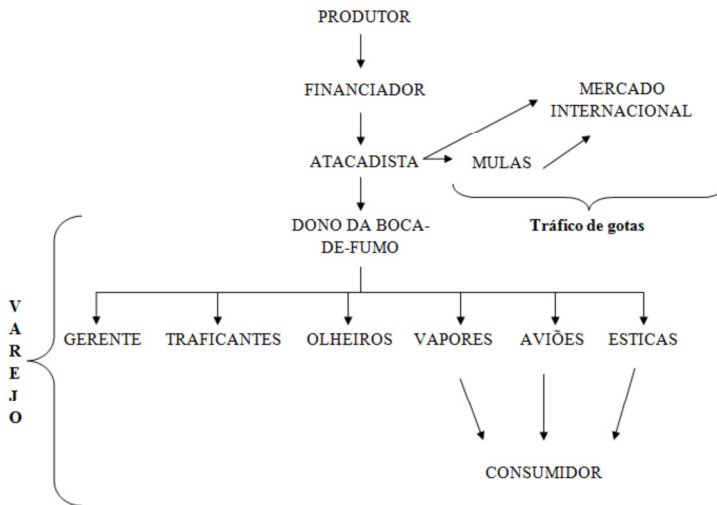


Figura 1 - Peças e organograma do tráfico de drogas (SOUZA, 2011).

Souza (2011), explica que o “financiador” é geralmente o primeiro agente da rede no Brasil, se considerarmos que grande parte da produção de drogas ilícitas, principalmente maconha e cocaína, venha de países latino-americanos. Esse agente possui grande poder econômico e raramente é identificado. Depois da compra das drogas pelos financiadores do narcotráfico, as substâncias chegam ao Brasil por via aérea ou, principalmente, terrestre, através de rodovias, após o que são repassadas aos atacados, nos quais traficantes fazem a distribuição para os locais de varejo. O comércio varejista localiza-se normalmente em morros, nas bocas-de-fumo, cuja topografia possibilita o controle da circulação, através de uma visão privilegiada. O varejista geralmente é homem, jovem e pobre, usufrui pouco dos lucros do tráfico, mas é o maior alvo das buscas policiais. Os “gerentes”, por sua vez, são pessoas de confiança dos líderes da organização e encontram-se nas bocas-de-fumo, junto com traficantes armados que garantem o andamento do negócio; os “vapores” fazem a venda das drogas; os “aviões” entregam a droga ao consumidor; e os “olheiros” vigiam e avisam da chegada da polícia, utilizando rádios transmissores ou foguetes (ZALUAR, 2004; ARIAS, 2006; OLIVEIRA, 2008; ZACCONE, 2008; LEONARDI, 2007 *apud* SOUZA 2011).

Para os consumidores que não podem ou não querem subir o morro, existe ainda o “tráfico formiguinha” ou “tráfico de asfalto”. O primeiro é feito geralmente por mulheres ou crianças que têm a liberdade de subir e descer o morro, e que entregam drogas aos consumidores ou aos traficantes de asfalto. Estes, por sua vez, também conhecidos como “esticas”, encontram-se, geralmente, perto de casas noturnas ou locais propícios ao consumo de drogas e podem ser tanto moradores de rua, “flanelinhas”, quanto pessoas de classe média ou alta. Outro elemento de todo esse esquema é o “tráfico de gotas”, responsável pelo transporte a outros países, feito por pessoas conhecidas como “mulas” (ZALUAR, 2004; OLIVEIRA, 2008; ZACCONE, 2008 *apud* SOUZA 2011).

Uma outra dimensão do narcotráfico é a que se dá através do sistema financeiro, no mercado de capitais, que escapa à fiscalização do Estado, e onde se processa a maior parte da lavagem do dinheiro ilícito (FERREIRA NETO, 2012; SOUZA, 2011). “Contudo, não se pode conceber a ideia do traficante varejista investindo em ações, o que induz, portanto, o envolvimento de empresários e de investidores de classe alta no crime organizado das drogas ilícitas” (SOUZA, 2011, p.31). A seguir, duas imagens ilustrativas dessa ideia, do cartunista Carlos Latuff, sobre as operações militares no Rio de Janeiro em 2010 (Figura 2 e Figura 3).

QUEBRAR BARRACO
É FÁCIL!



QUERO VER QUEBRAR
SIGILO BANCÁRIO!

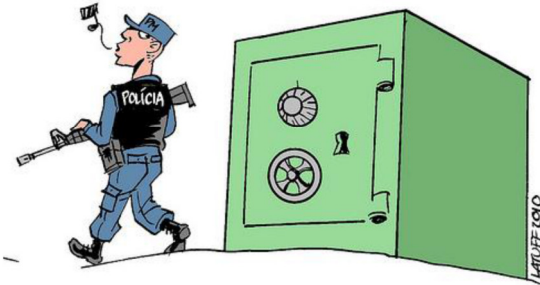


Figura 2 - Quebrar barraco na Vila Cruzeiro é fácil.
Quero ver é quebrar sigilo bancário! (LATUFF,
2010 *apud* FERREIRA NETO, 2012).

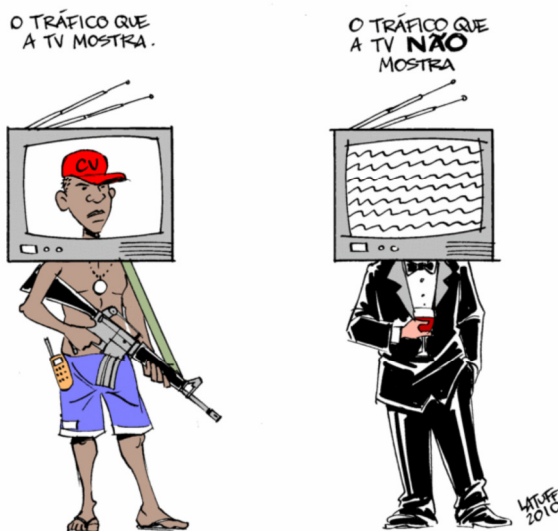


Figura 3 - O tráfico que a TV mostra, e o tráfico que a TV NÃO mostra (LATUFF, 2010 *apud* FERREIRA NETO, 2012).

Disso decorre que a guerra às drogas é uma falácia, porque não se volta contra os grandes mandantes do tráfico internacional, e sim contra o comércio varejista nas comunidades pobres, num contexto onde primeiro o Estado nega direitos básicos e depois atua de maneira repressiva.

Quando se culpa o usuário de drogas pela violência do tráfico, dizendo que se ninguém comprasse não haveria mercado para os traficantes, parece se processar aí uma espécie de *fetichismo da mercadoria*², pois muitos são os agentes envolvidos no processo: do produtor, passando pelo atacado e o varejo, até chegar ao consumidor e terminar na forma de lucro e de dinheiro limpo no sistema financeiro. O

² “Um fetiche é um ídolo, um amuleto, algo enfeitado, que tem poderes inexplicáveis, de origens misteriosas. A mercadoria assim parece a Marx”, como algo com atributos “mágicos” aos encobrir relações sociais. “O valor das mercadorias parece ser um dado objetivo, quando na verdade, segundo Marx, este valor tem por base o trabalho humano nela objetivado” (PIRES, 1999, p. 140). A teoria do fetichismo constitui-se quando Marx observa que por trás das relações entre as coisas existem relações humanas, desvendando as relações capitalistas de produção por trás da mercadoria. “Somente com base nesta teoria é possível afirmar, como Marx, que o capital é ‘uma relação social expressa em coisas e através de coisas’” (PIRES, 1999, p.141).

sistema capitalista se beneficia com a proibição das drogas. E se os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais que levam ao uso das substâncias ilícitas não forem considerados, parte importante na análise e no julgamento que se faz sobre o uso de drogas estará sendo esquecida. Ou seja, na aparência é como se fosse apenas a questão da droga pela droga, e no ato de compra e venda das substâncias encobrem-se relações sociais e de produção que estão presentes no contexto do uso das substâncias.

Portanto, percorrendo um pouco da história da proibição das drogas e a atualidade do problema, percebe-se claramente o elemento da luta de classes (MARX; ENGELS, 1989), de criminalização da pobreza³, tanto nas ações do Estado para “combate” ao tráfico quanto nos discursos vigentes sobre as substâncias ilícitas. Cabe aqui resgatar Gramsci, a fim de identificar que existe uma *hegemonia* ligada ao controle do uso de drogas, uso este frequentemente associado a grupos “minoritários” submetidos à ideologia dominante e que, vivendo numa sociedade que se pretende homogeneizadora das condutas individuais e sociais, estão submetidos à suposta vontade da maioria através da proibição.

4.2 HEGEMONIA E TEORIA DO DISCURSO

Em seus escritos, Gramsci (1981; 2006; 2007) desenvolveu o conceito de *hegemonia*, em confluência com Lênin, criador do termo, explicando que o poder das classes dirigentes é garantido pela hegemonia que essas classes exercem sobre as outras, o que se dá através da educação, das instituições religiosas e dos meios de comunicação. Nessa ideia, qualquer projeto hegemônico é pedagógico, ou “toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica” (GRAMSCI, 1981, p. 37).

Ao identificar a hegemonia exercida pelos capitalistas, Gramsci propunha uma contra-hegemonia; essas duas têm os objetivos de manter e modificar, respectivamente, uma estrutura social. Nesse sentido, uma educação só é educação se quiser estabelecer uma posição hegemônica

³ “Existem distintas maneiras de combater o mercado ilícito de drogas e de armas: uma concentrada na repressão, punição e violência - amplamente divulgada pela mídia; e outra realizada a partir de investigação, apreensão e com pouca ou nenhuma violência”. Trata-se de levar em consideração a “maneira como o Estado [neoliberal] trata os delitos cometidos pelos *ricos* e pelos *pobres*, pela classe dominante e pela classe trabalhadora”. Criminaliza-se a pobreza “a partir de um caldo cultural, uma gama de valores e normas morais e principalmente, através da intervenção do Estado” (AMORIM, 2007, p.14).

(JESUS, 1985). Desta forma, se for propostou modelo preventivo e educacional, por exemplo, em contraposição ao modelo repressivo e proibicionista das drogas, estará procurando estabelecer-se uma contra-hegemonia.

Hegemonia é um conceito apresentado por Gramsci como “algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p.3). “A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura, tentando se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, para mostrar a centralidade das superestruturas nas sociedades capitalistas avançadas” (ALVES, 2010, p. 71). De acordo com Gruppi (1978), a ditadura do proletariado, por exemplo, seria a forma política na qual se expressaria o processo de conquista e de realização de uma hegemonia. Nesse caso, a hegemonia seria “capacidade de direção, de conquistar alianças, capacidade de fornecer uma base social ao Estado proletário”, realiza-se através do proletariado na sociedade civil, “enquanto a ditadura do proletariado é a forma estatal assumida pela hegemonia” (GRUPPI, 1978, p.5).

Barrett (1996) considera que não fica claro de que modo a abordagem de Gramsci sobre ideologia harmoniza-se com a ideia de hegemonia, mas “a melhor maneira de entender a hegemonia é como *a organização do consentimento*, os processos pelos quais se constroem formas subordinadas de consciência, sem recurso à violência ou à coerção” (BARRETT, 1996, p. 238), embora às vezes Gramsci utilize o conceito para significar consentimento, em vez de coerção, e noutras ele pareça significar uma síntese dos dois. Já Gruppi entende que Gramsci “explica a formação e difusão das ideologias como um processo, e como um processo guiado pela hegemonia” (GRUPPI, 1978, p. 90).

O conceito de hegemonia nas teorizações de Gramsci, segundo Laclau e Mouffe, “constituiu uma das tentativas mais elaboradas de responder à ‘chamada crise’ do marxismo” (ALVES, 2010, p. 81), frente às dificuldades de adequar as categorias teóricas marxistas às transformações do capitalismo, nas quais encontramos uma crescente fragmentação das classes sociais. Gramsci também tem sua importância na ruptura da problemática reducionista de ideologia, pois se os sujeitos políticos não são percebidos como classes, também os elementos ideológicos articulados pela classe hegemônica não têm uma pertinência de classe necessária (ALVES, 2010).

Laclau e Mouffe consideram que o pensamento de Gramsci constitui apenas um momento na desconstrução do essencialismo marxista no que diz respeito à posição privilegiada da classe trabalhadora e à determinação da economia em última instância e que é necessário avançar, desconstruindo a própria noção de classe social⁴ (ALVES, 2010). O objetivo dos autores em *Hegemonia e estratégia socialista* é preencher as lacunas do marxismo clássico, a partir de uma reflexão que tem como ponto de partida as ideias de Gramsci, principalmente sua teorização sobre hegemonia. Laclau e Mouffe (1987) vão então privilegiar o momento da articulação política e ter a hegemonia como categoria central em sua análise, entendendo que o conceito de hegemonia supõe um campo teórico dominado pela categoria de *articulação*.

Para falar em articulação, eles rejeitam o modelo de sociedade como totalidade fundante dos processos parciais - leis internas ou um princípio subjacente. Em contraposição consideram o caráter aberto e incompleto do social como condição para toda prática hegemônica.

Ao resgatar a noção althusseriana de *sobredeterminação*, fazendo a crítica à ideia da determinação econômica em última instância, Laclau e Mouffe aproveitam o caráter relacional de toda identidade e definem a articulação como “toda prática que estabelece uma relação tal entre elementos que a identidade destes resulta modificada como resultado dessa prática”. “A totalidade estruturada resultante da prática articulatória” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.176) é o que chamam de *discurso*. O discurso é um sistema de relações que dá sentido a um objeto (BURITY, 1997 *apud* ALVES, 2010). “O discurso não é um texto ou uma fala, ou coisa similar. O termo diz respeito sobretudo ao *sentido* [...] dos objetos físicos [que] deve ser entendido pela apreensão do seu lugar num sistema (ou discurso) de normas socialmente construídas” (BARRETT, 1996, p. 258).

Laclau e Mouffe utilizam aí uma concepção de formação discursiva que é muito próxima à elaborada por Foucault (de

⁴ A desconstrução do conceito de classe social é algo que devemos questionar, principalmente num contexto de tamanha desigualdade social como é o caso do Brasil. Sobre isso, ver Mattos, 2007: “As múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental a que se referia Marx. [...] a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual, diferenças de gênero) [que cria uma grande dificuldade de organização e de consciência de classe entre os trabalhadores] não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classes” (MATTOS, 2007, p. 52).

regularidade na dispersão), mas se distanciam dele frente à distinção entre práticas discursivas e não discursivas, ao considerarem que “todo objeto se constitui como objeto de discurso na medida em que nenhum objeto se dá à margem de toda superfície discursiva de emergência” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.179).

Apesar da impossibilidade de uma fixação última de sentido aos elementos, deve haver pelo menos fixações parciais, dizem os autores, caso contrário o fluxo de diferenças seria impossível. O social só existe como esforço de produzir esse objeto impossível (de identidade plena) através de fixações parciais de sentido. Desse modo, “o discurso se constitui com o intuito de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças e constituir um centro” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.191). Os pontos discursivos privilegiados desta fixação parcial de sentido são chamados “pontos nodais”. “A prática da articulação consiste, portanto, no caráter parcial dessa fixação; e o caráter parcial dessa fixação procede da abertura do social, resultante, por sua vez do constante extravasamento de todo discurso pela infinitude do campo da discursividade” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.193).

Nessa nova abordagem do conceito de hegemonia, a noção de *antagonismo* também desempenha um papel central, pois a relação antagonônica “não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade de constituição das mesmas” na medida em que “a presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.214). Diante disso, toda forma de consenso é resultante de uma articulação hegemônica que se desenvolve a partir do enfrentamento com práticas articulatórias antagônicas, condição para se falar de hegemonia, um campo cercado por antagonismos e que supõe fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira. As condições de uma articulação hegemônica são, portanto, “a presença de forças antagônicas e a instabilidade das fronteiras que as separam” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.231-2).

A hegemonia aí é uma operação discursiva que busca articular demandas diferenciadas em uma rede de equivalências, ou seja, busca constituir a universalização de um discurso procurando fixar sentidos (LACLAU, 1998 *apud* PEREIRA, 2010). A categoria está, portanto, “imersa num contexto em que a noção de discurso é central” (MENDONÇA, 2007, p.250).

Um elemento decisivo para entendermos a idéia de hegemonia no contexto discursivo é que não há como necessariamente estabelecermos previsões de quais identidades políticas assumirão papéis de

representação social, não há aqui a ‘segurança’ do projeto político marxista que previa que a identidade proletária assumiria as lideranças moral, intelectual e política da sociedade industrial. [...] Consensos sociais são possíveis, mas nunca eternos: podem futuramente ser desprezados e desrespeitados mesmo pelos próprios sujeitos políticos que outrora os celebraram (MENDONÇA, 2007, p. 250).

Nesse sentido, “estabelecer uma relação hegemônica significa a tentativa da constituição de uma relação de ordem. Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unicidade: unidade de diferenças” (LACLAU; MOUFFE, 1985 *apud* MENDONÇA, 2007, p. 250).

Estão colocados aí os pontos de aproximação e de ruptura de Laclau e Mouffe com Gramsci. Entre outras coisas, as duas abordagens privilegiam o momento da articulação política e concebem as relações sociais em torno da disputa pela hegemonia (ALVES, 2010). (Laclau e Mouffe entendem que uma estrutura discursiva é uma prática articulatória que constitui e organiza as relações sociais e as práticas articulatórias são o campo de emergência da hegemonia). Ambas as perspectivas propõem a criação de uma hegemonia fundada na união dos grupos subalternos, mas no caso de Gramsci a prática articulatória remete a uma classe social fundamental (o proletariado) (ALVES, 2010), enquanto Laclau e Mouffe deslocam o privilégio da classe social para outras divisões, como o sexo e a etnia (BARRETT, 1996) e não remetem a hegemonia à unidade do bloco histórico, pois questionam todo tipo de fechamento e de fixação total de sentido por considerarem isso impossível.

A partir da discussão promovida por Laclau e Mouffe, podemos pensar tanto o discurso favorável à criminalização do uso de drogas quanto o da descriminalização como pontos nodais no campo da discursividade sobre a questão, considerando que diversos elementos (grupos religiosos e outros conservadores, por exemplo, que são contra a descriminalização) passam a ser *momentos*⁵ de uma articulação

⁵*Momentos*: “posições diferentes que aparecem articuladas no interior de um discurso”; *elementos*: “toda diferença que não se articula discursivamente” (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 177). Por exemplo, grupos religiosos (das mais diversas congregações) e capitalistas (da indústria farmacêutica, de bebidas, etc.), tendo resguardadas suas identidades e interesses particulares (enquanto “elementos”), podem se articular contrariamente à descriminalização em torno de um discurso apropriado para isso, passando a ser “momentos” no interior desse discurso.

discursiva que tem como corte antagônico os grupos antiproibicionistas ou aqueles que prejudicados pela proibição, são alvo desta. Ao mesmo tempo, o debate sobre drogas parece ter o efeito de fronteira discutido por Laclau e Mouffe, no sentido de que mobiliza tanto os discursos de esquerda quanto os de direita (vide defesa da descriminalização feita por Fernando Henrique Cardoso⁶).

Podemos utilizar a noção de hegemonia nesse contexto “para descrever um determinado momento político hegemônico” (MENDONÇA, 2010, p.483):

Uma ordem hegemônica parte sempre de um discurso particular que consegue [...] representar discursos ou identidades até então dispersas. Esta organização ocorre a partir desse discurso centralizador, de um ponto nodal que consegue fixar seu sentido e, a partir deste, articular elementos que previamente não estavam articulados entre si (MENDONÇA, 2010, p.484).

A ordem hegemônica, nesse caso, é a da proibição das drogas e o discurso decorrente é o favorável à criminalização ou proibição.

Um vez que todo objeto se constitui como objeto de discurso e que este só pode ser enunciado numa cadeia de significação, os discursos vão lutar para estabelecer “verdades” (fixar sentidos) e tentar excluir do campo da significação outros significados. Não havendo, entretanto, a possibilidade de uma fixação absoluta de sentido, todo discurso se constitui como tentativa de dominar o campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE *apud* GIORDANI, 2009). Os meios de comunicação, por exemplo, se constituem, nessa perspectiva, como um importante espaço para a difusão do discurso hegemônico da proibição das drogas, no qual o posicionamento contrário à descriminalização é um ponto discursivo privilegiado na fixação parcial de sentido sobre a questão, um ponto nodal, que é alvo e resultado das lutas que ocorrem na nossa formação social em busca de conquista ou manutenção de hegemonia. Em sua expressão mais vulgar, o discurso hegemônico responsabiliza apenas o usuário pela existência do tráfico de drogas, enfatiza apenas os malefícios das drogas ilícitas e ao mesmo tempo estimula o uso de bebidas alcoólicas, entre outras características.

⁶O posicionamento do ex-presidente é de defesa da descriminalização de todas as drogas e da regulamentação da maconha. O documentário *Quebrando o Tabu* (2011) ilustra bem a posição de FHC, no qual ele aparece como uma espécie de âncora, ao conduzir o espectador para um debate sobre a questão das drogas, numa busca de experiências bem sucedidas de políticas em diversos lugares do mundo.

Esse discurso, no qual a mídia, por exemplo, tem papel central, pretende-se universalizante e desempenha uma importante função na continuidade do atual modelo ao representar e conjugar interesses diversos em torno dele (sejam interesses religiosos⁷, capitalistas, da indústria farmacêutica⁸, etc.). A proibição das drogas, nesse sentido, representa a concretização de uma hegemonia que atua como mecanismo ideológico de dominação.

⁷ CAMPANHA CONTRA A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA, 2012; PORTAL FÉ EM JESUS, 2012.

⁸ A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA CONTRA A MACONHA, 2010; CABEÇA ATIVA, 2012.

5. PLANO DE AULAS

As seções anteriores demonstram como podemos minimamente articular o tema e as perspectivas teóricas escolhidas. A ideia, em sala de aula, é trabalhar mais detalhadamente os principais conceitos que apareceram ao longo do texto, relacionando-os com a proibição das drogas. É um plano para 15 aulas com aproximadamente 1h30 cada, correspondentes a aulas faixas. Buscou-se elaborar uma ementa compatível com o público alvo e com o conteúdo aqui planejado, conforme programa da disciplina a ser entregue aos alunos (Apêndice).

5.1 PRÁTICA SOCIAL INICIAL

Primeira aula

A prática social inicial pode ser feita através de um diálogo entre discentes e docente, sobre o plano de aula e o conteúdo que será ministrado. Na primeira parte da aula, trata-se de apresentar o programa da disciplina, objetivos, avaliações planejadas, critérios avaliativos, recursos didáticos, etc., e discutí-lo com a turma, mostrando-o aberto para sugestões, desde que não alterem substancialmente a proposta ou diminuam a responsabilidade da turma com a disciplina.

A expectativa é de que ainda nessa aula o assunto da descriminalização seja apresentado, com o intuito de captar posicionamentos, vivências e dúvidas dos alunos a respeito do tema. Dependendo da turma, essa interação pode ser difícil num primeiro momento, pois estão acostumados à sala de aula como um lugar de recepção de conhecimento e de pouca construção conjunta, além de que o tema das drogas é um tema polêmico. Uma alternativa pode ser estimular o debate através de papéis onde cada pessoa (incluindo professora) escrevem seus posicionamentos, de maneira anônima. Então recolhem-se os papéis e eles são distribuídos para a turma ler, enquanto em um projetor ou em um quadro as opiniões são anotadas para posterior tentativa de debate. Depois os papéis são recolhidos pela professora, que deve guardá-los.

Segunda aula

O segundo momento da prática social inicial será de discussão sobre os principais conceitos do conteúdo. Não se trata de apresentar amplamente cada conceito, mas apenas de perguntar o que a turma já sabe ou gostaria de saber sobre cada um deles. Entram aí: droga, mercadoria, fetichismo da mercadoria, luta de classes, Estado,

hegemonia, guerra de posição e teoria do discurso. Cada conceito será apresentado e a turma será motivada a participar através dos papéis, da mesma forma que no primeiro momento. Fazer a Prática Social Inicial dessa forma possibilita que a professora guarde as opiniões, conhecimentos prévios e dúvidas da turma sobre o assunto para futuras referências. Quando cada conceito for introduzido nas aulas seguintes a partir das teorias, será importante mencionar as opiniões dos alunos para fazer o contraste coma noção teórica.

5.2 PROBLEMATIZAÇÃO

Terceira aula

Para transformar o conteúdo, que surge e é explicitado na prática social inicial, “nas diversas dimensões a serem estudadas, formulam-se as questões mais adequadas, levando-se em conta o que se pretende alcançar com o estudo do tema em pauta” (GASPARIN, 2005, p.47). Além das dúvidas surgidas na prática social inicial, a ideia é incentivar a participação da turma em um debate, através de perguntas pertinentes, por exemplo: “o que é droga?”, “quem aqui já fumou maconha?”, “como foi a experiência de fazer algo ilegal?”, “quem nunca fumou, já viu alguém traficar drogas?”, “maconha faz mal à saúde?”, “conhecem alguém que esteja em tratamento contra dependência química, seja de drogas lícitas ou ilícitas?”, “o que sabem sobre a produção e tráfico de drogas?”, “já ouviram falar de religiões que fazem uso de drogas?”, “desde quando e por que existem drogas proibidas?”, “por que algumas substâncias são legais e outras ilegais?”, “quem, além dos traficantes, se beneficia com a venda ilícita?”, “qual é a atuação do Estado frente ao tráfico de drogas?”, “qual é o discurso hegemônico com relação às drogas?”, “o que é hegemonia e quem a detém na sociedade capitalista?”, etc.

As perguntas que concernem ao conteúdo serão respondidas na fase da Instrumentalização. A problematização é ainda um momento de preparação, no qual os alunos são desafiados, provocados, levados a perceber que o conteúdo possui múltiplas faces a serem exploradas (GASPARIN, 2005).

Avaliação: participação.

5.3 INSTRUMENTALIZAÇÃO

Nessa fase o conteúdo científico deve ser confrontado com o conhecimento cotidiano, na interação docente-discentes. Através da mediação docente, alunos e alunas por suas ações vão se apropriar e construir para si o conhecimento, fazendo microrrelações entre as dimensões do conteúdo e macrorrelações com o contexto social (GASPARIN, 2005).

Quarta aula

Muitos professores preferem não trabalhar com textos, principalmente se forem relativamente longos ou complexos, pois os alunos não leem, não têm o hábito da leitura. Mas o estímulo a essa atividade deve começar em algum momento e, levando em consideração esse contexto de pouca leitura por parte dos jovens, devem ser criados mecanismos que garantam a execução da atividade. Na primeira aula de instrumentalização, serão discutidos os aspectos socioculturais do uso de drogas, através da seguinte referência: *MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D. & TOSCANO, A. Jr. Dependência de drogas. São Paulo: Ed. Atheneu, 2001.* Disponível em: <www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf>. Trata-se de um texto de que alunas e alunos devem ler apenas as 10 primeiras páginas e terão uma semana para isso.

Em se tratando de pensar as condições que podem ser encontradas em qualquer escola, a distribuição das cópias será feita na aula anterior a esta, mediante o pagamento do valor correspondente ao xerox por parte de cada aluno, caso a escola não as disponibilize gratuitamente. Além disso, há a possibilidade de compartilhamento do texto por meio de PDF's. Em duplas, os alunos deverão fazer a leitura do texto orientados por uma questão relativa ao conteúdo dele, que devem trazer respondida na aula sobre os aspectos socioculturais do uso de drogas. A questão deve abordar características gerais do texto e cada um precisa responder a ela mostrando o entendimento que teve com a leitura.

A aula vai começar com a exposição da primeira parte do documentário *Cortina de fumaça. Rodrigo Mac Niven. 2010. Brasil: J.R. Mac Niven Produções; TVa2 produções. 1h34min.*, disponível integralmente em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8auXBla9Hk>>. Essa exposição pode ser feita através de projetor, televisão ou, em último caso, com um

notebook e caixinhas de som, dependendo dos recursos disponíveis na escola. Esse documentário irá voltar em outro momento, mas nesta ocasião apenas os primeiros oito minutos serão exibidos, pois fazem referência ao tema da aula. Em seguida, alguns discentes serão convidados a lerem a resposta que deram à pergunta sobre o texto de Edward MacRae. Se um debate surgir, tanto melhor.

Essa situação nos permite, através de aula expositiva, a abrir o tema com Marx e sua definição de mercadoria, valor de uso e valor de troca, para pensarmos uma parte da conjuntura das drogas, de como as substâncias saíram do contexto religioso/tradicional e passaram a ser mercadorias sob o capitalismo. Cada um dos conceitos terá sua definição projetada ou exposta no quadro. O mesmo acontecerá ao longo das próximas aulas, conforme novos conceitos forem surgindo.

Avaliação: leitura do texto e participação.

Quinta aula

O conteúdo aqui é classes sociais e luta de classes e por isso, na aula anterior, os alunos devem ter acesso ao primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*, “*Burgueses e Proletários*”, 14 páginas, para fazerem a leitura e responderem uma questão conforme o esquema anterior, em duplas. Essa leitura é essencial para começarmos a fazer a correlação entre luta de classes e a desigualdade observada na história e na atualidade da proibição das drogas. Mas, antes disso, mais um texto: TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2007, p. 76, uma breve explicação da noção de classes sociais para Marx, que deve ser lida em voz alta por discentes voluntários. Para abrir o debate, um vídeo interessante (<https://www.youtube.com/watch?v=EklZhF6EWKY>), com menos de cinco minutos, com explicações e imagens pertinentes sobre luta de classes e capitalismo. É um material que pode chamar a atenção da turma por ter sido produzido por alunas de Sociologia, mas que merece crítica em algumas passagens. Se a turma ainda estiver tímida para o debate, algumas perguntas sobre o Manifesto Comunista podem ser feitas para estimular a participação.

Avaliação: leitura do texto e participação.

Sexta aula

A correlação entre luta de classes e proibição das drogas começa com o seguinte texto: BURGIERMAN, D. R.; NUNES, A. *A verdade sobre a maconha*. Superinteressante, São Paulo, ed. 179, ago 2002, que a turma deverá ler antecipadamente para realizar a atividade que será proposta ao final da aula. Voltaremos com o documentário *Cortina de*

Fumaça, dos 44 aos 51 minutos de vídeo, com as falas de Ethan Nadelmann, sobre a origem da proibição, Henrique Carneiro com a influência religiosa, Thiago Rodrigues sobre a lei seca nos EUA, Dennis Russo Burgierman sobre a transferência de recursos da Lei Seca no EUA para a proibição de outras drogas, voltando com Nadelmann sobre a identificação de algumas drogas com populações minoritárias. Essa parte do documentário tem uma relação muito pertinente com o texto da aula. Faremos, então, uma análise relacional entre o vídeo, o texto e a temática da luta de classes. Ao final da aula, duplas devem entregar um texto de no mínimo 5 linhas sobre o que foi discutido.

Avaliação: participação e produção de texto.

Sétima aula

O tema desta aula é a concepção marxiana de Estado, a partir do que começamos a discussão sobre o tráfico de drogas (ainda, é claro, na perspectiva da luta de classes). Novamente a referência de *TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o Ensino Médio. São Paulo: Atual, 2007, p.102-103*, nos auxilia a compreender a concepção de Marx, através da leitura voluntária em voz alta e de posterior explicação didática por parte da professora.

Depois disso, procederemos à apresentação da Figura 1 - *Peças e organograma do tráfico de drogas*, com a qual pretende-se que cada agente do esquema seja identificado de acordo com suas funções e localizado na pirâmide do tráfico e da desigualdade de tratamento na repressão estatal.

As Figuras 2 e 3, *Quebrar barraco na Vila Cruzeiro é fácil. Quero ver é quebrar sigilo bancário! e O tráfico que a TV mostra, e o tráfico que a TV NÃO mostra*, também serão apresentadas, sendo que a análise destas será feita pelos alunos, através de um texto de ao menos 5 linhas, relacionando com o resto do conteúdo estudado neste dia.

Também faremos uma avaliação escrita sobre o andamento da disciplina e do conteúdo, na qual cada discente poderá expressar opinião, descontentamento e sugestões sobre as aulas. Se não houver tempo, fica para a aula seguinte.

Avaliação: Participação e produção de texto.

Oitava aula

A turma será apresentada ao conceito marxiano de fetichismo da mercadoria, através de exposição didática com auxílio do quadro. A referência para esta exposição é a de *PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. Impulso, Piracicaba, janeiro, 1999,*

disponível em:
<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp22_23art09.pdf>

Voltaremos a analisar o organograma do tráfico, através de perguntas que estimulem a participação da turma no debate. A seguir, a ideia é trabalhar com o filme *Tropa de elite. José Padilha. 2007. José Padilha e Marcos Prado Produção. 1h48min.*, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pAKB9Cx44hl>>, que dos 30 aos 34 minutos nos oferece um trecho muito interessante, pois expõe a hipocrisia da “classe média intelectualizada” sobre a atuação da polícia com relação ao tráfico de drogas, mas ao mesmo tempo nos influencia a pensar na ideia de como o usuário financia o tráfico, como se esse indivíduo fosse o responsável pela violência. Essa é uma ideia a relativizar.

O debate vai se desenvolver com a análise de duas letras da banda *Planet Hemp: Não compre, Plante!* e *Legalize já*, disponíveis respectivamente em: <<http://letras.mus.br/planet-hemp/76618/>> e <<http://letras.mus.br/planet-hemp/76618/#selecoes/48151/>>. Ao final da aula, cada discente deve entregar sua análise da relação entre fetichismo da mercadoria e tráfico de drogas em um texto de pelo menos 10 linhas.

Avaliação: participação e produção de texto.

Nona aula

Nesta aula, cada um deve trazer breves pesquisas (uma página no máximo) sobre o conceito de hegemonia e guerra de posição em Gramsci e sobre a teoria do discurso. São linhas teóricas complexas, principalmente se tratando de estudantes de ensino médio em contato com elas pela primeira vez, por isso é de se esperar que as pesquisas sejam superficiais e praticamente cópias de textos da internet, mas pelo menos isso já é um primeiro contato, que vai facilitar a exposição posterior, que demanda mesmo uma fala longa por parte da professora. Ao final da aula, distribuirei um texto didático de produção própria sobre os dois temas, relacionando-os à questão das drogas e descriminalização, juntamente a uma pergunta que deverá ser respondida e entregue na aula seguinte. Boa parte da exposição já vai ser feita neste dia, o que capacita alunas e alunos para a resposta à questão.

Antes da parte expositiva, os 3 primeiros minutos de um vídeo de Marilena Chauí sobre Gramsci e hegemonia, para abrir o tema, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZkD78MGuRXw>>.

Avaliação: a realização da pesquisa confere meio ponto na média final.

Décima aula

Continuaremos a exposição sobre teoria do discurso e terminaremos com a análise do debate sobre proibição e descriminalização das drogas, relacionando-o à teoria.

Analisaremos ainda a letra da música *Cachimbo da paz*, de *Gabriel O Pensador*, disponível em: <<http://letras.mus.br/gabriel-pensador/46096/>> , um ótimo exemplo para relativizarmos a proibição de algumas drogas e a licitude de outras.

Avaliação: novamente, a turma deve responder uma pergunta sobre o conteúdo, em duplas, que garantirá parte da atenção à aula e apreensão do tema.

Ao final, a turma será orientada a se dividir em grupos e haverá sorteio de temas para, na aula seguinte, prepararem seminários a serem apresentados na décima segunda e décima terceira aulas.

Os seminários podem ser feitos com cada grupo pegando uma parte do conteúdo visto até aqui para falar novamente, que é uma forma de fixar melhor o conhecimento, na sequência do que foi apresentado. Um grupo para cada um desses assuntos: “aspectos socioculturais do uso de drogas”, “história da proibição das drogas e luta de classes”, “atualidade da proibição de drogas e luta de classes”, “concepção marxiana de Estado e o esquema do tráfico de drogas”, “esquema do tráfico e fetichismo da mercadoria”, “conceito de hegemonia em Gramsci e a atual ordem hegemônica”, e dois grupos para trabalharem com “teoria do discurso”.

Cada grupo deve buscar fontes alternativas, diferentes posicionamentos com relação à descriminalização das drogas: artigos de jornais, revistas, programas de televisão, vídeos, etc., e ao mesmo tempo fazer um balanço dos argumentos. Tudo deve ser sistematizado em um trabalho escrito de no mínimo 2 páginas, conforme veremos no item 5.6 *Avaliação*.

5.4 CATARSE

Chegamos à fase da Catarse, que segundo Gasparin e Petennuci (s.d, p.10), “é a expressão elaborada de uma nova forma para entender a teoria e a prática social”. A catarse se realiza por meio da nova síntese mental a que os discentes chegam; manifesta-se através de uma nova postura mental, “unindo o cotidiano ao científico em uma nova totalidade concreta no pensamento”. Este é momento para os educandos fazerem um resumo do que aprenderam, de acordo com as dimensões do

conteúdo trabalhadas. “É a elaboração mental do novo conceito do conteúdo”.

Décima primeira aula

Essa aula será destinada à orientação e preparação dos seminários. Os grupos devem se reunir e trazer o material que já tiverem sobre seu tema, enquanto a professora passa de grupo em grupo dando sugestões de fontes para o trabalho.

Avaliação: empenho na preparação do seminário. Aqueles que não estiverem envolvidos com o trabalho, que estiverem fazendo atividades diferentes do que foi proposto, atrapalhando a produção dos outros, etc., terão sua avaliação de participação comprometida.

Os seminários são a atividade central no plano de ensino, a que vai demandar maior esforço por parte dos alunos e que terá a avaliação mais criteriosa.

Décima segunda aula

Ao total são oito grupos para os seminários. Cada um terá aproximadamente 20 minutos, incluindo tempo para perguntas da professora e da turma.

Décima terceira aula

Finalização dos seminários e entrega dos trabalhos escritos.

5.5 PRÁTICA SOCIAL FINAL

Décima quarta aula

Chegamos, por último, à Prática Social Final: que posicionamentos e posturas práticas os discentes assumem, ao final do conteúdo, com relação ao debate sobre proibição e descriminalização das drogas e qual a contribuição da Sociologia na compreensão do tema?

Nesta aula, o objetivo é perceber como se deu a apropriação teórica, como alunas e alunos mobilizam os conceitos na análise da realidade, além do que já foi visto na Catarse. Revistas e jornais que abordem o tema da descriminalização serão distribuídos e, em grupos, os educandos terão um tempo para discutir e identificar nos discursos das reportagens ou artigos aquilo que se aprendeu com a teoria. Após essa etapa, cada grupo fará a exposição do que foi discutido entre eles e um debate será motivado a seguir. Espera-se, a esta altura, que a turma esteja provida de argumentos adequados para um debate proveitoso.

Avaliação: participação.

Décima quinta aula

A segunda parte da Prática Social Final consiste em, por meio de exposição espontânea e/ou debate, perceber como alunos e alunas passam a encarar a temática e que posturas práticas assumem: se mantiveram ou modificaram sua opinião sobre proibição e descriminalização das drogas, com base em que argumentos e dados empíricos; e de que maneira pretendem agir socialmente para fazer valer seus posicionamentos.

Aqueles ou aquelas que precisarem recuperar nota deverão escrever individualmente um texto de ao menos 20 linhas sobre o que foi trabalhado em sala. A nota dessa atividade será somada com a média final, da qual sairá uma nova média.

Depois disso, a última etapa é a avaliação da disciplina e uma autoavaliação por parte dos alunos: pode ser feita através da escrita ou oralmente. A intenção é que sejam avaliações sinceras, então, provavelmente a melhor opção é a escrita anônima.

5.6 AVALIAÇÃO

Pretende-se explicitar como serão feitas as avaliações, para que a turma possa se orientar da melhor maneira possível. Os critérios avaliativos gerais, como mencionados anteriormente, são: 1) engajamento nas atividades; 2) tentativa de exposição do entendimento acerca do tema; e 3) entrega em dia das tarefas. O primeiro e o segundo critérios dizem respeito à demonstração de vontade em aprender, levando em consideração as formas de aprendizado de cada um, pois mesmo diante de dificuldade com o conteúdo o que importa é demonstrar que há disposição em aprender. Com relação ao terceiro critério, para cada aula de atraso, dois pontos serão descontados da atividade em questão.

Serão ao todo quatro notas (ver Figura 4): a primeira resultante da participação observada em sala; a segunda proveniente das três respostas às questões sobre textos lidos, do que resultará uma média; a produção de texto reúne três atividades, das quais resultará outra média. E ainda teremos uma nota dos seminários, que contém os seguintes critérios avaliativos:

Nota 1- Apresentação do grupo: avaliação geral do grupo durante o seminário: conteúdo, desempenho na exposição e recursos utilizados (datashow, vídeos, fotos, músicas, textos, dinâmicas, etc.); e

Nota 2 - Trabalho escrito: no mínimo duas páginas de texto explicativo sobre o tema em questão. Requisitos: coerência no conteúdo, qualidade e diversidade das fontes pesquisadas. Toda fonte utilizada para a escrita do trabalho deve ser citada, caso contrário será considerada plágio. Formatação: letra Times New Roman, tamanho 12; espaço entrelinhas 1,5; parágrafo 2cm; margens 2,5cm; cabeçalho; título e referências.

Dessas 2 notas dos seminários, será feita uma média (soma e divisão por 2).

Somando as quatro notas, obtém-se a média final.

Entende-se que a avaliação da participação é algo extremamente subjetivo, além de que a participação em si é relativa. Um aluno pode prestar atenção na aula, fazer as atividades e mesmo assim falar ou participar pouco dos debates. Nesse caso, a “participação” será avaliada por meio dos trabalhos escritos, como ele se empenha na resolução dos exercícios, se entrega as atividades em dia, se demonstra interesse pela disciplina de outras formas. Aqueles que participam dos debates, mas não fazem as atividades adequadamente, ainda assim terão boa nota em participação. E também podem existir alunos que além de não participarem, tenham baixo desempenho nas atividades e ainda atrapalhem as aulas, mesmo que eventualmente participem positivamente: nesse caso, haverá uma baixa nota de participação.

A seguir, um Plano Sinóptico das aulas para melhor visualização (Quadro 1) e um esquema do sistema avaliativo (Figura 4):

Aula	Conteúdo	Método/ Recurso didático	Avaliação
1	Prática Social Inicial	Estímulo à participação	
2	Prática Social Inicial	Estímulo à participação	
3	Problematização	Estímulo à participação	Participação
4	Instrumentalização: aspectos socioculturais do uso de drogas; mercadoria, valor de uso, valor de troca.	Texto, vídeo e aula expositiva dialogada	Leitura e participação
5	Classes sociais, luta de classes e proibição das drogas: história	Leitura, vídeo e debate	Leitura e participação
6	Classes sociais, luta de classes e proibição das drogas: atualidade	Texto, vídeo e análise	Participação e produção de texto
7	Concepção marxiana de Estado; esquema do tráfico de drogas; Avaliação da disciplina	Texto, leitura, aula expositiva dialogada e imagens	Participação e produção de texto
8	Esquema do tráfico de drogas; fetichismo da mercadoria.	Aula expositiva dialogada, debate, vídeo e música	Produção de texto e participação
9	Gramsci: hegemonia e guerra de posição; teoria do discurso.	Aula expositiva dialogada, texto vídeo	Leitura
10	Teoria do discurso; proibição e descriminalização das drogas; Organização dos seminários	Aula expositiva dialogada e música	Leitura
11	Catarse: orientação e preparação dos seminários.	Orientação e preparação dos seminários	Empenho na preparação dos seminários
12	Seminários	Seminários	Seminários
13	Seminários	Seminários	Seminários e trabalhos escritos
14	Prática social final	Revistas; jornais; debate	Participação
15	Avaliação da disciplina por parte dos alunos	Debate final; recuperação; avaliação escrita ou oral	

Quadro 1 - Plano sinóptico de aulas

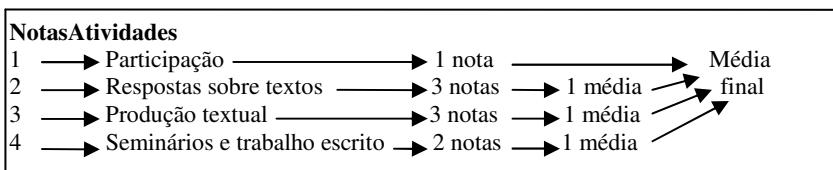


Figura 4 – Sistema avaliativo

6. CONCLUSÃO

Levando em consideração a estrutura precária que pode ser encontrada em muitas escolas, a alta carga horária e o baixo salário dos professores e professoras, a apatia quase generalizada dos estudantes, especialmente na disciplina de Sociologia (que apenas há pouco tempo vem se consolidando no Ensino Médio), temos que fazer ressalvas quanto ao plano de aulas aqui apresentado. É uma proposta de trabalho que demanda dedicação por parte de todos os envolvidos, paciência e colaboração. Abarca diferentes recursos didáticos e formas de garantir a cooperação dos estudantes através de muitas avaliações, que vão demandar tempo e dedicação do docente. Mas levando em consideração o fato de diversas atividades serem feitas em duplas, isso já diminui o trabalho nas avaliações, tanto para o docente quanto para os discentes.

Além disso, diante do debate polêmico sobre drogas, resistências podem aparecer entre profissionais da escola, pais, mães ou estudantes. Por isso, a sustentação dos parâmetros curriculares e a fundamentação teórica são imprescindíveis, assim como uma postura aberta ao diálogo e à diferença.

Ainda assim, é uma proposta possível de ser executada, embora complexa, e pode ser proveitoso trabalhar com a didática da pedagogia histórico-crítica num contexto em que se busque maior interação e construção conjunta de conhecimento com alunas e alunos.

O alcance dos objetivos de domínio dos conceitos e de utilizar tal conhecimento para interferir positivamente na realidade pode ser pequeno, pois aí se encontra o desafio de não dispersar a teoria da realidade empírica. Os alunos tendem a focar o olhar naquilo que já conhecem ou já ouviram falar, fazendo com que os conceitos teóricos, ao final, pareçam ter pouca correspondência com o que veem. Por isso, há a necessidade de constantemente fazer a relação entre a teoria e aquilo que estudamos na sociedade, nessa tentativa de mostrar o valor da Sociologia no contato crítico com o mundo.

Ainda que pequeno o alcance dos objetivos, a atividade docente é imprescindível para chegarmos a formar sujeitos críticos e ativos perante à realidade social. Além disso, a docência é por si mesma uma atividade altamente criativa e fecunda, que nos dá a possibilidade de sempre agregar conhecimento, ao mesmo tempo em que o transmitimos e o construímos coletivamente, mesmo nas circunstâncias de precariedade do ensino que encontramos atualmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova*, São Paulo, 80: 71-96, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012.

AMORIM, Paula Kapp. *Neoliberalismo e criminalização da pobreza*. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

A INDÚSTRIA FARMACÊUTICA CONTRA A MACONHA, 2010. *A indústria farmacêutica contra a maconha*. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=bqNZ2jm6qwc>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BARRETT, Michèle. Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BITTELBRUN, Gabrielle. *Estudantes de Florianópolis lideram consumo de drogas ilícitas, segundo estudo nacional*. 2013. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/geral/noticia/2013/06/estudantes-de-florianopolis-lideram-consumo-de-drogas-ilicitas-segundo-estudo-nacional-4175550.html>>. Acesso em: 26 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Parte IV - Ciências Humanas e suas Tecnologias. In: *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica (Semtec/MEC), 2000.

_____. Ministério da Educação. Ciências humanas e suas tecnologias. In: *Orientações curriculares para o ensino médio*. v.3. Brasília: Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2013.

_____. Ministério da Justiça. *Prevenção ao uso indevido de drogas: capacitação para conselheiros e lideranças comunitárias*. 4 ed. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), 2011.

_____. Ministério da Educação. *Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*, s.d. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

BURGIERMAN, D. R.; NUNES, A. A verdade sobre a maconha. *Superinteressante*, São Paulo, ed. 179, ago 2002.

CABEÇA ATIVA. *A indústria farmacêutica e o lobby da proibição*. 2012. Disponível em: <<http://www.cabecaativa.com.br/content/industria-farmaceutica-e-o-lobby-da-proibicao>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CAMPANHA CONTRA A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA. *Marisa Lobo afirma: perseguição religiosa é o que as comunidades terapêuticas e todos os profissionais da psicologia sofrem*. 2012. Disponível em: <<http://maconhanao.blogspot.com.br/2012/02/marisa-lobo-afirma-e-perseguido.html>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. *Rev. Outubro*, São Paulo, vol. 6, 2002. Disponível em: <www.neip.info/downloads/t_hen2.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2011.

Cortina de fumaça. Rodrigo Mac Niven. 2010. Brasil: J.R. Mac Niven Produções; TVa2 Produções. 1h34min.

ESCOHOTADO, Antonio. *História general de las drogas*. Edición digital, 2007. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/7345936/Historia-General-de-Las-Drogas-Antonio-Escohotado-eBook>>. Acesso em: 16 mai. 2012.

FERREIRA NETO, Ney Jansen. *Estado, narcotráfico e sistema financeiro: algumas aproximações*. 2012. 327 f. Dissertação (Mestrado

em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

GASPARIN, J. L. *Uma didática para a pedagogia histórico-crítica*. 3ªed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GASPARIN, João Luiz; PETENUCCI, Maria Cristina. *Pedagogia histórico crítica: da teoria à prática no contexto escolar*. s.d. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2289-8.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2013.

GIORDANI, Rosselane. Hegemonia e discurso: o sujeito que resiste. *Travessias*, Cascavel, Unioeste, Vol.3, ano 3, 2009.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. *Conceito de hegemonia em Gramsci*. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

_____. *Tudo começou com Maquiavel: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci*. 16ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

JESUS, Antônio T. *A educação como hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci*. 1985. 183f. Dissertação (Mestrado em Filosofia e História da Educação). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1985.

LACLAU, Ernesto & MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

MACRAE, Edward. A excessiva simplificação da questão das drogas nas abordagens legislativas. In: RIBEIRO, Maurides de Melo &

SEIBEL, Sérgio Dario (orgs.). *Drogas: hegemonia do cinismo*. São Paulo: Memorial da América Latina, 1997a. Disponível em: <www.neip.info/downloads/t_edw1.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2011.

_____. O Controle social do uso de substâncias psicoativas. In: PASSETI, E. & SILVA, R. (Orgs.). *Conversações abolicionistas: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva*. São Paulo: IBCCrim/PEPG-PUC, 1997b. Disponível em: <http://www.neip.info/downloads/!!!temp_09_07/14.PDF>. Acesso em: 27 mai. 2011.

_____. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D. & TOSCANO, A. Jr. *Dependência de drogas*. São Paulo: Ed. Atheneu, 2001. Disponível em: <www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2011.

_____. *A subcultura da droga e prevenção*. Texto Apresentado ao Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2003. Disponível em: <www.siteantigo.neip.info/downloads/t_edw5.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2011.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro 1. Vol I, 25.ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista em pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/158/183>>. Acesso em: 22 mai 2013.

MENDONÇA, Daniel de. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, vol. 43, n.003, setembro/dezembro 2007, pp. 249-258. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=93843307>>. Acesso em: 13 dez. 2012.

_____. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Soc. estado.*, Brasília, v. 25, n. 3, dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2012.

PEREIRA, Talita Vidal. A hegemonização do saber científico e o projeto educacional da modernidade. *Pensamento Plural*, Pelotas [06]: 123 - 145, janeiro/junho 2010.

PIRES, Valdemir. Fetichismo na teoria marxista: um comentário. *Impulso*, Piracicaba, janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp22_23art09.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

PORTAL FÉ EM JESUS. *Líderes e pastores alertam relator do novo código penal sobre atrocidades contidas nele contra a família cristã*. 2012. Disponível em: <<http://www.feemjesus.com.br/post/lideres-e-pastores-alertam-relator-do-novo-codigo-penal-sobre-atrocidades-contidas-nele-contr-a-familia-crista-1816>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Educação. Proposta programática de ensino de Sociologia e Sociologia da Educação. In: *Proposta curricular de Santa Catarina*. Florianópolis: SEE/SC, 1998.

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. 39. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações*. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SOUZA, Taciana Santos de. *A economia da droga: o mercado de crack e as políticas públicas no Rio Grande do Sul*. 2011. 96 f. Trabalho de conclusão de curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.coreconrs.org.br/portal/files/TrabalhosPremiados/A%20Economia%20da%20Droga.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2013.

TORRES, Fernando; MARTINS, Marco Antônio. *Preso em operação da PF, playboy vivia em cobertura e andava com fuzil no Turano*. 2009. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/preso-em>>

operacao-da-pf-playboy-vivia-em-cobertura-andava-com-fuzil-no-turano-235786.html>. Acesso em: 22 mai. 2013.

APÊNDICE–Programa da disciplina

NOME DA ESCOLA

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

NOME DO(A) PROFESSOR(A)

TURMA

Ementa geral: problematização de questões sociais, inclusive as que concernem à realidade na qual alunas e alunos estão inseridos, buscando, com isso, sensibilizá-los frente à complexidade de processos sociais de âmbito local e global. Dessa forma, a Sociologia busca instrumentalizar os discentes para que exercitem a capacidade de reflexão e argumentação a partir de suas próprias observações, juntamente com os conceitos sociológicos propostos.

Objetivos:

→ Identificar, analisar e comparar diferentes discursos sobre a realidade: paradigmas teóricos e do senso comum;

→ Discutir a temática da proibição e descriminalização das drogas a partir do aporte teórico de Marx, Gramsci e Laclau & Mouffe, abordando aspectos históricos, socioculturais e políticos das drogas e pensando sobre a atual realidade da questão; e

→ Produzir novos discursos sobre a problemática das drogas, a partir das observações e reflexões realizadas.

Conteúdos:

→ Proibição e descriminalização das drogas sob as linhas teóricas de Marx, Gramsci e teoria do discurso.

Metodologia:

→ Exposição do conteúdo mínimo a ser trabalhado para começar com a Prática Social Inicial, tentando perceber, através de perguntas, o que os alunos já conhecem sobre o debate da descriminalização e sobre as linhas teóricas, quais são seus posicionamentos, vivências e dúvidas a respeito do tema. Num segundo momento, o da Problematização, serão levantadas questões que suscitem o interesse dos estudantes, para haver diálogo e discussão acerca do assunto. Depois desses dois primeiros passos, entraremos na fase da Instrumentalização, na qual serão apresentados aos alunos, através de ações didáticas adequadas, o conhecimento científico, formal e abstrato, relacionado com algumas das dimensões suscitadas na Problematização. Após a Instrumentalização, na fase da Catarse, os educandos serão orientados a expressar sua elaboração mental acerca do conteúdo. O que nos leva,

por fim, à Prática Social Final, a qual se manifesta pela possibilidade dos discentes assumirem nova postura e novas atitudes, expressadas nas intenções de como eles/elas levarão à prática, fora da sala de aula, os conhecimentos que adquiriram.

Recursos didáticos:

→ Textos, vídeos, músicas, debates, seminários.

Avaliação

→ Os critérios avaliativos gerais são: 1) engajamento nas atividades; 2) tentativa de exposição do entendimento acerca do tema; e 3) entrega em dia das tarefas. O primeiro e o segundo critérios dizem respeito à demonstração de vontade em aprender, levando em consideração as formas de aprendizado de cada um, pois mesmo diante de dificuldade com o conteúdo o que importa é demonstrar que há disposição em aprender. Com relação ao terceiro critério, para cada aula de atraso, dois pontos serão descontados da atividade em questão.

Serão ao todo quatro notas (ver Figura 1): a primeira resultante da participação observada em sala; a segunda proveniente das três respostas às questões sobre textos lidos, do que resultará uma média; a produção de texto reúne três atividades, das quais resultará outra média. E ainda teremos uma nota dos seminários, que contêm os seguintes critérios avaliativos:

Nota 1- Apresentação do grupo: avaliação geral do grupo durante o seminário: conteúdo, desempenho na exposição e recursos utilizados (datashow, vídeos, fotos, músicas, textos, dinâmicas, etc.); e

Nota 2 - Trabalho escrito: no mínimo duas páginas de texto explicativo sobre o tema em questão. Requisitos: coerência no conteúdo, qualidade e diversidade das fontes pesquisadas. Toda fonte utilizada para a escrita do trabalho deve ser citada, caso contrário será considerada plágio. Formatação: letra Times New Roman, tamanho 12; espaço entrelinhas 1,5; parágrafo 2cm; margens 2,5cm; cabeçalho; título e referências.

Dessas 2 notas dos seminários, será feita uma média (soma e divisão por 2).

Somando as quatro notas, obtém-se a média final.

A seguir, um Plano Sinóptico das aulas para melhor visualização (Quadro 1) e um esquema do sistema avaliativo (Figura 1):

Aula	Conteúdo	Método/ Recurso didático	Avaliação
1	Prática Social Inicial	Estímulo à participação	
2	Prática Social Inicial	Estímulo à participação	
3	Problematização	Estímulo à participação	Participação
4	Instrumentalização: aspectos socioculturais do uso de drogas; mercadoria, valor de uso, valor de troca.	Texto, vídeo e aula expositiva dialogada	Leitura e participação
5	Classes sociais, luta de classes e proibição das drogas: história	Leitura, vídeo e debate	Leitura e participação
6	Classes sociais, luta de classes e proibição das drogas: atualidade	Texto, vídeo e análise	Participação e produção de texto
7	Concepção marxiana de Estado; esquema do tráfico de drogas; Avaliação da disciplina	Texto, leitura, aula expositiva dialogada e imagens	Participação e produção de texto
8	Esquema do tráfico de drogas; fetichismo da mercadoria.	Aula expositiva dialogada, debate, vídeo e música	Produção de texto e participação
9	Gramsci: hegemonia e guerra de posição; teoria do discurso.	Aula expositiva dialogada, texto e vídeo	Leitura
10	Teoria do discurso; proibição e descriminalização das drogas; Organização dos seminários.	Aula expositiva dialogada e música	Leitura
11	Catarse: orientação e preparação dos seminários.	Orientação e preparação dos seminários	Empenho na preparação dos seminários
12	Seminários	Seminários	Seminários
13	Seminários	Seminários	Seminários e trabalhos escritos
14	Prática social final	Revistas; jornais; debate	Participação
15	Avaliação da disciplina por parte dos alunos	Debate final; recuperação; avaliação escrita ou oral	

Quadro 1 - Plano sinóptico de aulas

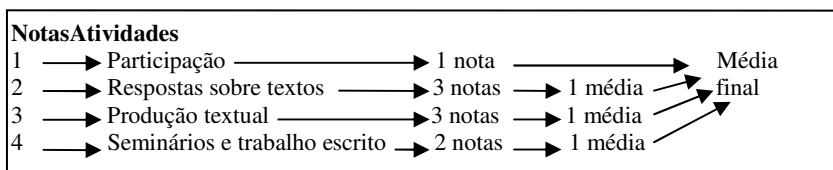


Figura 1 – Sistema avaliativo

Referências para trabalho em sala:

- 1 - MACRAE, Edward. Antropologia: aspectos sociais, culturais e ritualísticos. In: SEIBEL, S. D. & TOSCANO, A. Jr. *Dependência de drogas*. São Paulo: Ed. Atheneu, 2001. Disponível em: <www.neip.info/downloads/t_edw10.pdf>.
- 2 - *Cortina de fumaça*. Rodrigo Mac Niven. 2010. Brasil: J.R. Mac Niven Produções; TVa2 produções. 1h34min., disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m8auXBla9Hk>>.
- 3 - MARX, K.; ENGELS, F. *Burgueses e Proletários*. In: *Manifesto do partido comunista*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p.65-78.
- 4 - TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2007, p. 76.
- 5 - Vídeo sobre luta de classes, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EkIZhF6EWKY>>.
- 6 - BURGIERMAN, D. R.; NUNES, A. A verdade sobre a maconha. *Superinteressante*, São Paulo, ed. 179, ago 2002.
- 7 - TOMAZI, Nelson Dacio. *Sociologia para o Ensino Médio*. São Paulo: Atual, 2007, p.102-103
- 8 - *Tropa de elite*. José Padilha. 2007. José Padilha e Marcos Prado Produção. 1h48min., disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pAKB9Cx44hI>>.
- 9 - Planet Hemp: *Não compre, Plante!* e *Legalize já*, músicas disponíveis respectivamente em: <<http://letras.mus.br/planet-hemp/76618/>> e <<http://letras.mus.br/planet-hemp/76618/#selecoes/48151/>>.
- 10 - Texto didático sobre hegemonia e guerra de posição em Gramsci e sobre a teoria do discurso.
- 11 - Vídeo de Marilena Chauí sobre Gramsci e hegemonia, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZkD78MGuRXw>>.
- 12 - Gabriel O Pensador: *Cachimbo da paz*, música disponível em: <<http://letras.mus.br/gabriel-pensador/46096/>>.